

PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	ASPECTOS CÍVEIS DA LEI MARIA DA PENHA								
DOCENTE	ELISA CRUZ								
CÓDIGO	GRDDIRELE166	SEMESTRE	2021.2	PERÍODO	-	NATUREZA	ELETIVA	CARGA HORÁRIA	30h

EMENTA	Lei Maria da Penha. Violência de gênero. Violência doméstica. Medidas não penais de prevenção, proteção e reparação								
OBJETIVOS	Discutir o âmbito de aplicação da Lei n. 11.343/2006; Diferenciar violência de gênero e doméstica; Debater as formas de violência; Debater as medidas não penais de prevenção, proteção e reparação que estejam previstas ou não na lei.								
METODOLOGIA	Aulas com método socrático, disponibilização de slides e textos de leitura obrigatória.								
HABILIDADES Exigência MEC CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.							
	X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.							
		Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.							
	X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.							
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.							
		Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.							
	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.							
	X	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.							
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.							
	X	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.							
		Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.							
		Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.							
	X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.							
		Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.							
		Outras:							

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA	TEMA
1	Apresentação da disciplina
2	Estudo do caso 12.051 pela CIDH (Fernandes vs Brasil)
3	A Lei n. 11.340 e sua relação com o caso da CIDH
4	Violência de gênero e doméstica
5	Propriedade, posse e moradia: afastamento do lar
6	Propriedade, posse e moradia: direito de habitação
7	Divórcio, separação e dissolução de união estável
8	Partilha e proteção patrimonial
9	Alimentos
10	Filiação: guarda e (suspensão) da convivência
11	Filiação: perda da autoridade parental
12	O papel da responsabilidade civil: reparação não patrimonial
13	Direitos sexuais e reprodutivos

14	Medidas coletivas ou sociais
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Provas (duas) com consulta.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	DIAS, Maria Berenice. A lei Maria da Penha na justiça. São Paulo: RT, 2010. MELLO, Adriana Ramos de; PAIVA, Livia de Meira Lima. Lei Maria da Penha na Prática. São Paulo: RT, SPINELLI, Ana Carolina Longhini. Aspectos não penais da Lei Maria da Penha: a indenização das vítimas de violência doméstica no âmbito cível. Repositório FGV de Teses/Diss.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	BERNARDES, Márcia Nina. Questões de raça na luta contra a violência de gênero: processos de subalternização em torno da Lei Maria da Penha. Revista Direito GV, v. 16, n. 3 (2020), set.-dez. CARRIJO, Christiane; AFONSO, Martins Paloma. In: <i>Estudos Feministas</i> . 28(2):1-14; Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina, 2020. CLADEM. Diagnóstico nacional Brasil: direitos sexuais e reprodutivos no Brasil e na América Latina. Disponível em https://cladem.org/publicaciones-brasil/diagnostico-nacional-brasil-direitos-sexuais-e-direitos-reprodutivos-no-brasil-e-na-america-latina/ OBRA COLETIVA. Tecendo fios das críticas feministas ao direito no Brasil. Ribeirão Preto: FDRP/USP, 2019. ONU MULHERES. Families in a change world. Disponível em http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Progress-of-the-worlds-women-2019-2020-en.pdf